

Prazo para renúncia vira um mistério

Denise Rothenburg e
Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**

A polêmica está instalada no Senado: ninguém consegue dizer com precisão qual o marco zero, ou seja, até que momento do processo os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (Sem partido-DF) podem renunciar ao mandato e ficar livres de uma punição mais rigorosa no caso da violação do painel eletrônico. Dos consultores da Mesa Diretora da Casa aos senadores, cada um cita um momento do processo como sendo o tal "marco zero".

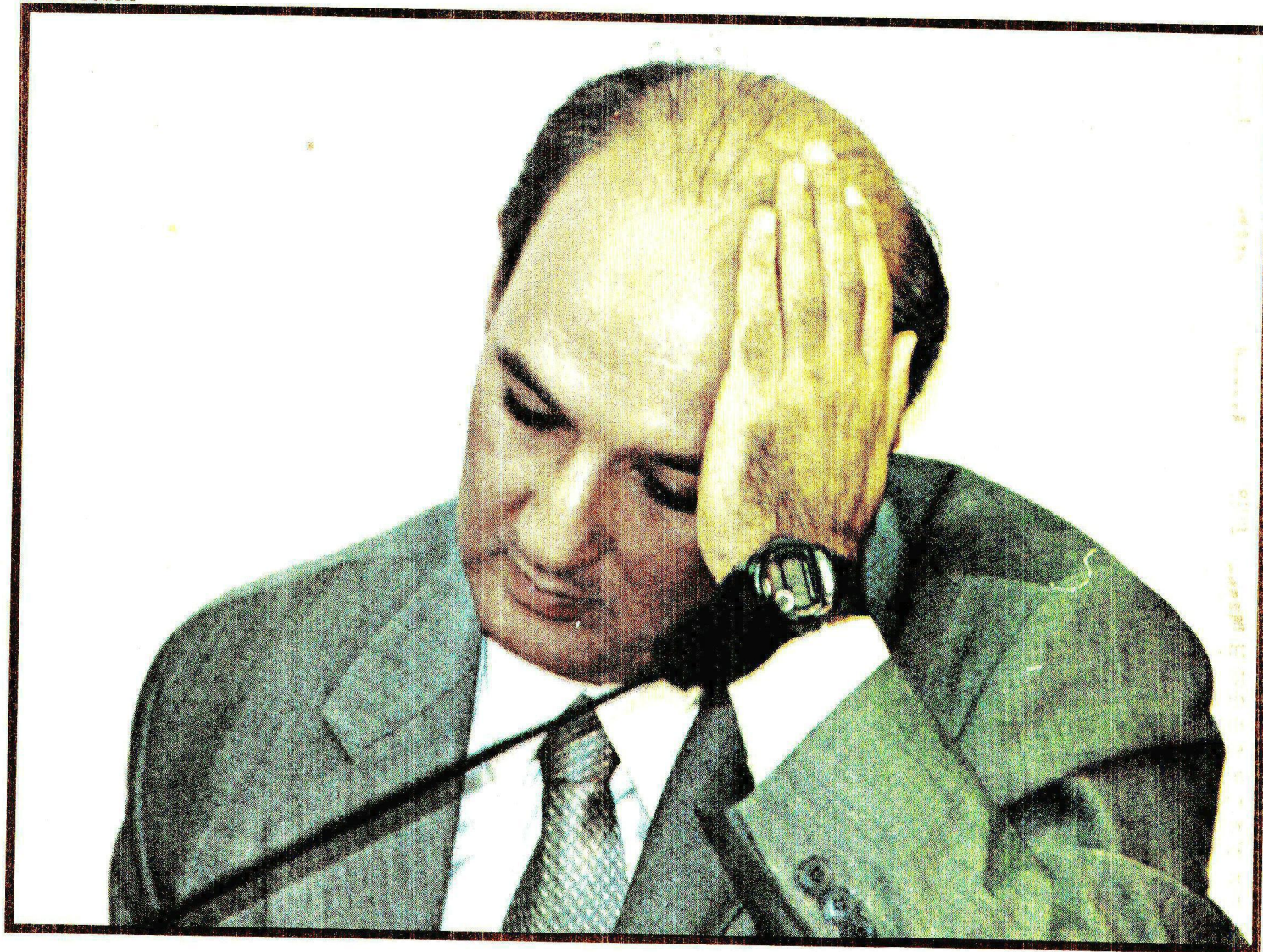
O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), considera que a renúncia só pode ocorrer antes de a Mesa Diretora fazer a representação, sugerindo a punição. Outros dizem que essa data-limite é a aprovação do parecer do relator da investigação, senador Saturnino Braga (PSB-RJ). Já os especialistas da Secretaria Geral da Mesa afirmam que a renúncia pode ocorrer até a fase em que os senadores objeto de uma representação forem notificados a comparecerem ao Conselho para apresentarem a defesa. "Foi assim no caso do senador Luiz Estevão", recorda um dos consultores do Senado.

Por isso, nem Antonio Carlos nem Arruda falam em renúncia. Ainda têm tempo para tentarem uma saída como a advertência ou suspensão do mandato. Eles apostam que, com o passar dos dias, o assunto será tratado de forma mais branda e a opinião pública não será tão radical porque eles não roubaram dinheiro público. Os dois ficaram animados com essa perspectiva ontem, quando Saturnino foi ao plenário dizer que não apresentará seu parecer no dia 10.

Saturnino pediu mais prazo por causa das notícias publicadas nos jornais dizendo que ele pediria a cassação de Antonio Carlos e Arruda. Da tribuna, admitiu que "estava tentado a isso", pelo fato dos dois terem mentido no plenário do Senado, quando garantiram não ter visto a lista com os votos de cada senador na cassação de Estevão. Mas agora mudou: "Será que não estamos sendo levados por esse clima de caça às bruxas a distorcer nosso julgamento?", afirmou, atribuindo o "clima" à imprensa.

A decisão do relator foi uma surpresa para os senadores. Pedro Simon (PMDB-RS), que não é do Conselho, considerou o adiamento uma vantagem para Antonio e Arruda e disse a Saturnino: "Sei que o senhor está fazendo o que acha que deve, mas tem de

Ronaldo de Oliveira



O SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA ACREDITA QUE TANTO OS SENADORES DO CONSELHO QUANTO A OPINIÃO PÚBLICA VÃO PERCEBER A "REAL DIMENSÃO DO CASO"

estar consciente de que está fazendo o jogo que o Antonio Carlos queria".

CORRER O RISCO

O adiamento da votação dá mais uma semana para Arruda e ACM buscarem aliados entre os conselheiros. Na terça-feira, o Conselho deve encerrar a fase de investigação, discutir se a votação será aberta ou secreta e dar um prazo para o relator apresentar seu parecer. Tebet

pretende dar a Saturnino cinco dias úteis: "É o prazo regimental. Se ele precisar de mais, concederemos, mas não acredito que será necessário".

Se o parecer for pela cassação ou suspensão do mandato, e for aprovado pela maioria, o caso segue para a Mesa Diretora, que decidirá se é suficiente para oferecer uma representação contra os senadores. Na hipótese de sugerir a cassação, estará criada a polêmica sobre o marco zero da re-

núncia, já que nenhum dos dois senadores pretende correr o risco de perder os direitos políticos por oito anos.

Na hipótese do parecer ser pela cassação ou suspensão do mandato, o processo passará por nova análise do Conselho de Ética, depois seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e, de lá, ao plenário. Essa tramitação deve levar, pelo menos, um mês e meio. O senador Antero de Barros cita ontem a fórmula para evitar

que o assunto fique para depois do recesso: atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o único projeto que, se não for votado, prorroga automaticamente os trabalhos do Parlamento. A decisão sobre a votação da LDO cabe ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que já se declarou contrário à crucificação seu arquiinimigo Antonio Carlos. O baiano poderá conferir se há boa vontade por parte do paraense.